IN CONFERENCE INEGI 2021

Economia Circular e Sustentabilidade:

Novos Paradigmas da Indústria

Sessão de Abertura

Porto, 21 de outubro de 2021

Intervenção de António Saraiva, Presidente da CIP

Bom dia,

Na pessoa do Senhor Engenheiro Alcibíades Paulo Guerra cumprimento todos os membros do Conselho de administração do INEGI bem como todos os membros dos seus Órgãos Sociais.

Agradeço, em primeiro lugar, o convite para vos dirigir algumas palavras na abertura desta Conferência em que serão debatidos os novos paradigmas da indústria no âmbito da Economia Circular e Sustentabilidade.

É um prazer estar aqui hoje e poder novamente partilhar a convicção da CIP de que a economia circular é o caminho que devemos trilhar, não só pela preservação do ambiente, mas também pela preservação da competitividade das nossas empresas.
Permitam-me que comece por enquadrar este tema no desígnio, mais vasto, do desenvolvimento sustentável.

Este desígnio exige que os três grandes eixos das políticas públicas – pessoas, competitividade e sustentabilidade ambiental – sejam encarados de forma articulada, conciliando-se e reforçando-se mutuamente.

Se a economia deve estar ao serviço das pessoas, também é verdade que o atual sentimento de insatisfação face às expectativas que alimentamos só pode ser suprido através de mais crescimento económico, assente em maior competitividade. Só produzindo mais e melhor poderemos vencer nos mercados globais e gerar o rendimento que permitirá satisfazer as nossas legítimas aspirações. Por outras palavras, só através de aumentos da produtividade é que os rendimentos, nomeadamente os rendimentos salariais, poderão crescer de forma sustentável sem prejudicar a competitividade das empresas e o seu futuro. Não podemos distribuir a riqueza que não produzimos.

Por outro lado, são as pessoas, com o seu talento e as suas competências, o principal fator de diferenciação e de sucesso de qualquer empresa ou de qualquer nação. Por isso, a principal preocupação dos empresários e gestores é a captação e retenção dos talentos que tornarão possível a competitividade e o crescimento das suas empresas.

Também o desígnio da proteção ambiental, nomeadamente na vertente do combate às alterações climáticas, terá de ser conciliado com as aspirações das pessoas. A crescente adesão dos cidadãos às grandes causas do ambiente é crucial para a necessária alteração dos seus comportamentos enquanto consumidores. Não iremos longe na preservação do planeta se tal objetivo for encarado como lesivo de um maior bem-estar económico das populações.

Pela mesma razão, a política ambiental terá de ter em conta a necessidade de alteração dos perfis de consumo atuais e o impacto na competitividade empresarial, quer no plano interno, quer face à concorrência noutros mercados. É fundamental conciliar objetivos e mobilizar todos os intervenientes na cadeia de valor, incluindo os consumidores finais, para criar soluções inovadoras e competitivas.

Só desta forma será ultrapassada a dicotomia entre ambiente e economia, com empresas ao mesmo tempo mais competitivas e ambientalmente mais responsáveis e com uma forte dinâmica económica sustentada por novas tendências de procura e pela evolução dos mercados.

Nesta linha, o Pacto Ecológico Europeu deve ser encarado como uma verdadeira estratégia de desenvolvimento económico para as próximas décadas, contrariando a ideia de antagonismo entre crescimento e ambiente. As estratégias delineadas, nomeadamente a aposta na economia circular, tem como objetivo reconciliar a economia com o planeta, e fazê-la funcionar para as pessoas.

Temos vindo a melhorar em termos de descarbonização e eficiência material, mas a ameaça das alterações climáticas está a exigir, agora, uma maior ambição nos objetivos ambientais, o que exige igualmente um forte pilar económico, para garantir que a transição não leve à desindustrialização e à destruição de emprego.

As empresas são cruciais para esse sucesso. Apenas empresas competitivas e geradoras de riqueza estarão em condições de contribuir com soluções tecnológicas e de sustentar o nível de emprego, o que será fundamental para que a agenda profundamente transformadora do Green Deal atinja os seus objetivos, do ponto de vista económico, social e ambiental.

Melhorar a eficiência material e prolongar a vida útil dos materiais, mantendo o seu valor pelo maior tempo possível, isto é, a Economia Circular, é essencial para proteger os ecossistemas e a biodiversidade, e irá contribuir para reduzir a nossa dependência de matérias-primas de terceiros países.

De facto, há condicionantes que nos transcendem e a dependência externa excessiva está a revelar-se um enorme fator de risco.

A descarbonização é um compromisso que assumimos e para o qual trabalhamos todos os dias, mas há efeitos cruzados como o aumento da procura de certas matérias-primas essenciais à eletrificação, que está a provocar a escassez desses materiais e uma subida

sem igual dos seus preços – com impactos significativos em vários sectores em diversas cadeias de valor.

Juntamente com a nossa estrutura associativa, apoiamos com firmeza essa transição para uma economia mais circular, sendo inclusivamente este o nome do projeto que estamos a desenvolver (E+C). Nesse projeto, além da promoção das boas práticas já identificadas, procuramos promover a adoção de indicadores de circularidade pelas empresas. A adoção dos princípios de circularidade nos processos de decisão das empresas contribuirá para a identificação das áreas, produtos ou processos, onde existe espaço de melhoria, de alcance de maior eficiência material – aumentando a resiliência das empresas.

Já procuramos, por razões económicas, ser sempre mais eficientes, e temos encontrado exemplos excelentes de economia circular no decorrer do projeto E+C. Mas o nível de circularidade é ainda muito baixo.

Os resultados do inquérito E+C levado a cabo no início do projeto, confirmam uma ideia fundamental já conhecida: são as empresas de maior dimensão a apresentar maior perceção e melhores resultados no que diz respeito aos aspetos fundamentais que permitem a progressão em matéria de Economia Circular.

Existindo uma quase total perceção da vantagem competitiva da Economia Circular e da Circularidade para os vários negócios, 97% das empresas reconhece a importância da adoção de modelos de negócio mais circulares. e 86% refletem já o tema da Circularidade, em alguma medida, na sua atividade. Contudo, é ainda possível identificar fortes barreiras à sua integração. Os dados analisados apontam para a realidade de apenas 19% das empresas terem respondido que integram “quase sempre” a Economia Circular nas suas decisões estratégicas de modo a reduzir a sua pegada ambiental. Esta reduzida percentagem parece resultar claramente de obstáculos e barreiras que limitam a aplicação de soluções de circularidade na atividade empresarial, entre as quais as empresas, sobretudo as maiores, destacaram a legislação e enquadramento regulamentar, bem como as questões económicas e financeiras.

Pelo lado positivo, quem mais fez e quem, inclusivamente, investiu mais em competências nesta matéria, é quem está disposto a investir mais, nomeadamente na contratação de mais ativos, demonstrando a perceção do aumento da circularidade como uma vantagem para os negócios.
O que pedimos aos decisores políticos e aos consumidores em geral, é que entendam que o que se exige às empresas são alterações profundas, alterações de equipamentos e processos, de recursos humanos e competências. E numa altura em que as empresas estão ainda a tentar recuperar da pandemia, esses investimentos necessários não se coadunam com o inflacionamento a que assistimos no preço das matérias-primas e nos preços dos transportes.

Precisamos de tempo e de uma estrutura de apoio suficientemente robusta para efetuar esta transição que também nós defendemos.

Precisamos de, comprovadamente, ter procedimentos mais simples e mais céleres para a utilização de matérias-primas secundárias.

Precisamos de estímulos para a utilização de matérias-primas secundárias (frequentemente mais onerosas do que as primárias), bem como para o consumidor, para que valha a pena investir num produto mais durável, eco concebido para poder ser reparado e/ou recondicionado e totalmente reciclado no fim de vida.

Precisamos, sobretudo, de uma estratégia industrial credível que possa restaurar a capacidade das empresas para investirem em tecnologias verdes e de baixo carbono.

Precisamos não só reforçar a estrutura de capitais das empresas, profundamente fragilizadas pela atual crise, como criar um clima de negócios favorável ao investimento e ao desenvolvimento de condições propícias à incorporação e ao uso seguro de novas tecnologias.

Apontaria quatro orientações para alcançar uma reindustrialização sustentável:

- Basear a transição para uma economia mais circular na inovação e na iniciativa das empresas. Impõe-se um novo enquadramento, de resto já prometido, para as matérias residuais ou secundárias que liberte esse potencial realizador, hoje preso em regras que não servem os objetivos atualmente assumidos.
- Dar prioridade à conceção de produtos mais sustentáveis, envolvendo empresas, sistemas científico e tecnológico, e programas de apoio. Serão necessários programas e linhas específicas sobre este tema. E investir na promoção de perfis de consumo adequados.
- Gradualismo na mutação das economias e dos mercados, minimizando disrupções no emprego e garantindo a continuação da utilidade e uso das infraestruturas, designadamente energéticas.
- Relacionamento permanente entre novas imposições de sustentabilidade e a inovação e políticas de produto; a viabilidade económica e tecnológica é uma condicionante essencial das políticas ditas sustentáveis. É preciso evitar a imposição de soluções tecnológicas, que não conduziu nunca ao desenvolvimento económico, o qual sempre foi mais sensível às tendências dos mercados e à competitividade das soluções.

Gostaria de terminar com uma mensagem de confiança quanto ao empenho das empresas industriais em responder aos desafios que se lhe colocam, incluindo o desafio da sustentabilidade. Uma prova deste empenho foi a resposta ao Convite à Manifestação de Interesse para Desenvolvimento de Projetos no âmbito das Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial.

Entre os objetivos desta medida do PRR está precisamente a redução das emissões de CO_2, para além de outros, como a alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, o aumento das exportações, o investimento em I&D.

As empresas mostraram que, se forem criadas condições propícias a esse investimento, estão dispostas a investir em prol destes objetivos. Mostraram, também, a sua capacidade para, num curto espaço de tempo, colaborarem entre si e com o sistema científico e tecnológico para formarem consórcios e trabalharem propostas.

Foram recebidas 146 candidaturas de consórcio integrando mais de 1800 co-promotores, dos quais 80% são empresas. Têm origem em praticamente todas as regiões do país e num leque diversificado de setores. O investimento total associado a estas candidaturas eleva-se a quase 15 mil milhões de euros.

A dimensão e ambição desta resposta contrasta com os meios alocados a esta medida do PRR – 930 milhões de euros – e com a expectativa de que seriam identificadas apenas "quatro, cinco ou seis agendas mobilizadoras da reindustrialização do país". Visivelmente, o Governo subestimou o valor da iniciativa privada e foi surpreendido pelo seu dinamismo.

Destas 146 candidaturas, 51 inserem-se no quadro das Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, através das quais se pretende apoiar projetos colaborativos dirigidos ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções que permita responder ao desafio da transição verde em direção à sustentabilidade ambiental.

Apesar de toda a adversidade, a iniciativa privada está viva, dinâmica e empenhada em participar na recuperação e transformação da economia.